

16. PROTOCOLO DE PARCERIA A CELEBRAR ENTRE A CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL (CCP) E A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, protocolo a celebrar entre a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) e a Câmara Municipal de Braga, que visa analisar o contributo do setor dos serviços, com particular ênfase nos não deslocalizáveis, para o desenvolvimento das nossas cidades e estudar as ações consideradas adequadas para potenciar o seu papel, documento que se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricada por todos os membros presentes na reunião.

PROTOCOLO DE PARCERIA

Entre:

1- Primeira Outorgante: A Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (CCP), associação de direito privado sem fins lucrativos, NIPC nº 500 948 089, com sede na Av. Dom Vasco da Gama n.º29, em Lisboa, representada por João Manuel Lança Vieira Lopes, na qualidade de Presidente da Direcção, portador do CC n.º 00016576, válido até 02/09/2017 e por Vasco Linhares de Lima Álvares de Mello, na qualidade de Vice-Presidente da Direcção, portador do Bilhete de Identidade n.º 8173831, válido até 11/02/2017, adiante apenas designada por CCP.

E

2- Segunda Outorgante: A Câmara Municipal de Braga, NIPC nº 506 901 173, com sede na Praça Municipal, em Braga, representada por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente, portador do CC nº xxxxx, válido até xx/xx/xxxx, adiante apenas designada por CMB.

CONSIDERANDO:

1. Que os serviços são, cada vez mais, uma componente determinante da valorização dos territórios e, em especial, do ordenamento urbano, contribuindo por um lado, para a criação de emprego e, por outro, para elevar os níveis de qualidade dos cidadãos (residentes e não residentes).
2. Que importa desmistificar a ideia de que os serviços quando associados a um determinado território, ficam confinados ao mercado doméstico – sendo apelidados de não transacionáveis – quando, na verdade, podem constituir um factor essencial na perspectiva de atracção de não residentes, e consequentemente, de captação de investimentos ou de rendimentos vindos de fora do país, contribuindo, deste modo, para melhorar o nosso saldo financeiro com o exterior.
3. Que as actividades com uma maior componente imaterial embora tendo vindo a merecer das políticas públicas – nomeadamente a nível local – uma atenção reforçada registam, ainda, défices de satisfação de alguns conjuntos de utilizadores e possuem um claro potencial de expansão, seja no plano das iniciativas públicas, seja no domínio da oferta privada, e que o seu desenvolvimento deve ser suportado por uma visão integrada e merecer garantias de qualidade no serviço prestado.

Os signatários do presente Protocolo revelam o interesse de concretização de um estudo que, tendo um âmbito nacional, analise o **papel dos serviços de base territorial na atracção de não residentes**, propondo-se, em especial:

- a) Fazer um levantamento da realidade do país neste domínio, referenciando casos de sucesso ou de boas práticas, as carências existentes e as áreas com maior potencial de crescimento;
- b) Enunciar políticas que favorecem a oferta de novos serviços e eliminem factores de constrangimento detectados;
- c) Formular critérios e padrões de qualidade que sejam considerados essenciais numa estratégia baseada no objectivo “Cidade amiga do não residente”.

E, neste contexto, acordam e comprometem-se com os pontos do clausulado seguinte:

PRIMEIRA

(OBJETO)

Pelo presente protocolo, ambas as outorgantes estabelecem uma parceria visando analisar o contributo do sector dos serviços, com particular ênfase nos não deslocalizáveis, para o desenvolvimento das nossas cidades e estudar as acções consideradas adequadas para potenciar o seu papel.

SEGUNDA

(OBRIGAÇÕES DA CCP)

A CCP compromete-se a:

1. Promover através da plataforma “Fórum dos Serviços” a realização de um estudo sobre o papel dos serviços de base territorial na atracção de não residentes que será objecto de um caderno de encargos que deverá obter a concordância da segunda outorgante.

2. Constituir uma Comissão de Acompanhamento do referido estudo que deverá integrar entidades e pessoas de reconhecida relevância e mérito no tema e da qual a segunda outorgante fará parte e a quem compete, nomeadamente, validar o produto final realizado.
3. Proceder à divulgação do estudo realizado, nomeadamente através de uma sessão de apresentação pública do mesmo e estabelecer com os vários parceiros envolvidos em que se inclui a segunda outorgante o diálogo e a reflexão necessária tendo em vista criar condições para a implementação das acções que resultem do estudo efectuado.

TERCEIRA

(COMPROMISSOS DA CMB)

A CMB compromete-se a:

1. Disponibilizar à primeira outorgante a informação de que disponha e que seja considerada pertinente para a realização do estudo, seja ao nível de serviços públicos existentes, seja de iniciativas de âmbito privado ou empresariais existentes no concelho.
2. Indicar representante(s) da Câmara que faça(m) a ligação com a primeira outorgante, em especial assegurando o cumprimento do compromisso do ponto anterior.
3. Participar na comissão de acompanhamento e contribuir para que a Câmara se reveja nas recomendações e propostas do estudo.
4. Participar na divulgação do estudo, promovendo as iniciativas que considere adequadas para uma discussão tão ampla quanto possível do mesmo.

Cofinanciado por:

QUARTA

(VIGÊNCIA)

O presente protocolo tem início na data da sua assinatura, mantendo-se em vigor até que o estudo esteja concluído e divulgado, prevendo-se que tal venha a ocorrer até ao final do 3º trimestre de 2017.

Existindo acordo entre as partes e caso na sequência do estudo sejam delineadas acções que justifiquem a continuação da presente parceria poderá o protocolo ser renovado, com a reformulação do seu conteúdo.

QUINTA

(ACEITAÇÃO)

Ambas as partes aceitam e declaram compreender perfeitamente todo o conteúdo das cláusulas do presente contrato.

Assinado em xxxxx, a xx de xxxxxxxxx de 2016.

Isento de Imposto de Selo (al.g, art.6º, Lei nº 9/97, de 12/5)

A PRIMEIRA OUTORGANTE,

A SEGUNDA OUTORGANTE,

João Vieira Lopes

Ricardo Rio

Vasco de Mello

Cofinanciado por: